



**Instituto de Previdência Social dos Servidores  
Públicos do Município de Porto Ferreira**

CNPJ: 04.073.373/0001-43

**ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO COMITÊ DE INVESTIMENTO**

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de Abril de 2026, reuniram-se às 17:15 horas na sala de reuniões do Portoprev, os integrantes do Comitê de Investimentos infra relacionados para conhecimento da rentabilidade dos fundos de investimentos de Março e demais assuntos relacionados à carteira do Instituto. Iniciando a reunião, o Sr. Presidente apresentou o extrato de investimentos do mês Março/2026. No que concerne ao desempenho consolidado da carteira – Capitalização, houve variação patrimonial positiva de R\$ 3.637.980,23, aplicações no valor de R\$ 667.011,03, variação negativa no importe de R\$ 615.205,55 e resgates de R\$ 5.000,00, fechando o mês com um saldo final de R\$ 288.743.880,97. Foi destacado que o resultado líquido positivo reflete o desempenho favorável dos segmentos de renda fixa e NTN-B, que compensaram as variações negativas pontuais da renda variável. Em relação ao segmento de renda fixa a variação positiva foi de R\$ 1.504.707,38 e R 2.130.838,10 no segmento de NTN-B. Já o segmento de renda variável registrou variação positiva de apenas R\$ 2.434,75, e variação negativa de R\$ 603.055,29, representando mais de 98% do total da variação negativa. Este resultado decorre majoritariamente pelo desempenho dos segmentos atrelados aos mercados internacionais – Caixa Bolsa Americana e Caixa Institucional BDR NIVEL I. Conforme Boletim RPPS – CEF – Abril 2026. *“No cenário internacional, observou-se desempenho negativo das bolsas desenvolvidas, com destaque para a queda mais acentuada do S&P 500, pressionado pelo aumento da volatilidade e pelo ajuste das expectativas inflacionárias diante do choque nos preços de energia.”* Ainda, abordando o panorama econômico, a publicação da empresa de consultoria contratada – Lema Abr/2026 elenca que: *“De forma geral, março foi um mês menos favorável para a maioria dos ativos, especialmente na renda variável, com o desempenho dos ativos sendo impactado negativamente pela maior volatilidade nos mercados internacionais, em grande parte associada às tensões no Oriente Médio e à elevação da aversão ao risco a nível global.”* Assim, o comportamento dos fundos de bolsa americana e BDR, em março de 2026, refletem o cenário internacional. Não obstante a diversificação dos investimentos, a carteira resultou uma rentabilidade total positiva de 1,00%, frente uma meta de 1,34% (Gap -0,34). Sobre esse aspecto, socorrendo da manifestação técnica da Consultoria (Panorama Econômico Abr/26), foi destacado que: *“Os mercados apresentaram, em geral, desempenho abaixo do necessário para o atingimento da meta atuarial no mês de março, com os ativos de renda variável internacional apresentando as maiores quedas, enquanto os ativos domésticos exibiram comportamento misto, com melhor desempenho dos índices de renda fixa de menor duration. Os índices IMA-B 5 (1,39%) e IDkA IPCA 2 anos (1,39%) apresentaram os melhores desempenhos, enquanto os ativos mais conservadores, como CDI (1,21%) e IRF-M 1 (1,02%), apresentaram resultados positivos, ainda que com maior dificuldade em superar a meta no período, em reflexo à*



**Instituto de Previdência Social dos Servidores  
Públicos do Município de Porto Ferreira**  
CNPJ: 04.073.373/0001-43

alta do IPCA. Por outro lado, os destaques negativos na renda fixa foram os índices de maior duration, com IRF-M 1+ e IMA-B 5+ apresentando retornos de -1,21% e -0,78%, respectivamente. Na renda variável, o mercado acionário nacional apresentou desempenho negativo no mês, com o Ibovespa registrando variação de -0,70%. Ainda assim, no acumulado do ano a rentabilidade permanece em patamar positivo, de 16,35%. O S&P 500, por sua vez, caiu 5,09%, após queda de 0,87% no mês anterior, enquanto o Global BDRX acompanhou com recuo de 3,67% em março.

Demonstrando a compatibilidade do comportamento da carteira com o cenário econômico, temos:

## INVESTIMENTOS

### RENTABILIDADES - MARÇO



Fonte: Quantum Axis. Elaboração: LEMA

Encerrada a apresentação do Fundo de Capitalização, foi informado que no Fundo de Repartição houve uma variação positiva de R\$ 44.399,10 fechando o mês com um patrimônio total de R\$ 3.903.160,19. Ainda, em relação a carteira de investimentos, foi informado quanto ao encaminhamento do relatório trimestral do exercício. Prosseguindo nos assuntos a serem abordados, o Sr. Presidente informou quanto ao encaminhamento via e-mail das publicações especializadas, tratando do cenário econômico e demais informações referentes ao mercado financeiro, bem como, relatórios de acompanhamento de Fundos integrantes da carteira de investimentos e relatórios da consultoria financeira, sendo todos integrantes do Memorando 5.624/2026. Ainda, em relação aos Fundos integrantes da carteira, foi informado que: PIATÁ - diante do Inquérito Civil instaurado em 2012, o PortoPrev recebeu ofício da Promotoria solicitando a informação do saldo atualizado do investimento realizado

2



**Instituto de Previdência Social dos Servidores  
Públicos do Município de Porto Ferreira**  
CNPJ: 04.073.373/0001-43

junto ao Fundo Piatã, bem como, justifique o descumprimento do TAC, ciente de que tal descumprimento poderá ensejar a imediata execução judicial do acordo firmado, com a cobrança das obrigações assumidas e pagamento da multa acordada. Em atendimento ao solicitado, foram apresentadas as devidas informações e documentos, sendo que, apesar dos esclarecimentos (os quais seguiram o mesmo padrão dos anos anteriores), a Promotoria assinou o prazo de 06 meses para resgate de valores, sob pena de medidas judiciais. O MP refuta a tese de ausência de controle do PortoPrev sobre o Fundo, alegando que a assinatura do TAC pressupõe o controle sobre o resgate. Diante desse cenário, a empresa de Consultoria foi acionada para a apresentação de parecer técnico, demonstrando a impossibilidade fática e jurídica de resgate unilateral por parte da PortoPrev, conforme o determinado pela Promotoria, considerando a natureza de Fundo Fechado. Conforme solicitado, a empresa de consultoria apresentou parecer abordando os seguintes pontos específicos: 1. Impossibilidade fática e jurídica de resgate unilateral pelo PORTOPREV; 2. Soberania da Assembleia Geral de Cotistas nas deliberações sobre a liquidação do fundo; 3. Inviabilidade prática de alienação das cotas no mercado secundário. Diante do posicionamento da Promotoria, será agendada uma reunião com a Promotora para a apresentação das informações técnicas e demonstração da impossibilidade de resgate nesta oportunidade.

**LME REC MULTISETORIAL IPCA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS** – foi apresentado o Edital de Convocação para a Assembleia Geral de Cotistas, a ser realizada no dia 24.04.2026, para aprovação da proposta de liquidação do Fundo, conforme Plano de Desinvestimento e Recuperação, com o consequente encerramento ao final. Para a análise da deliberação foi apresentado o respectivo Plano de Liquidação e Orientação de Voto de autoria da Consultoria Financeira, sendo abordadas as seguintes questões: **Resumo do Plano de Liquidação:** LME REC MULTISETORIAL IPCA FIDC - O plano de liquidação proposto pela gestora Graphen Investimentos visa encerrar as atividades do fundo em um prazo máximo de 3 anos, estruturando um desinvestimento ordenado para os ativos que hoje compõem a carteira, todos em situação de inadimplência severa. **Principais Ocorrências e Histórico** - A carteira do fundo é composta por ativos estressados, com origens que remontam ao período de 2013 a 2018. Atualmente, 100% da carteira encontra-se em "default" (inadimplência), o que demandou a reestruturação da gestão para buscar a recuperação desses créditos por vias judiciais. As principais frentes de atuação incluem: 1) Ações Indenizatórias: Processos contra antigos prestadores de serviço (Citibank e Santander), fundamentados em possíveis falhas de gestão e custódia no passado. 2) Recuperação Judicial de Créditos: Execuções e cobranças judiciais contra diversos devedores (como Milano Eletrotécnica e outros), cujas chances de recuperação amigável já foram esgotadas. 3) Gestão de Custos: O fundo vinha consumindo recursos com taxas de administração e custódia que não se justificavam diante da ausência de novos aportes ou performance. **Motivos do Plano de Desinvestimento** - A decisão pela liquidação



**Instituto de Previdência Social dos Servidores  
Públicos do Município de Porto Ferreira**

CNPJ: 04.073.373/0001-43

fundamenta-se na ineficiência operacional de manter o fundo aberto por tempo indeterminado. Os pontos cruciais são: 1) Redução de Despesas: O plano prevê a diminuição progressiva das taxas de administração e gestão, preservando o patrimônio remanescente para os cotistas. 2) Prazo Definido: Estabelecer um horizonte de 3 anos obriga a gestora a dar celeridade às execuções ou, ao fim do prazo, realizar a entrega dos ativos (créditos) diretamente aos cotistas (RPPS). 3) Realização de Perdas: Formalizar a situação de liquidação permite ao RPPS ajustar sua contabilidade e focar na recuperação dos valores via processos indenizatórios já mapeados. **Análise da Manifestação da Consultoria Especializada (LEMA)** - A consultoria LEMA emitiu parecer técnico para orientar o voto do RPPS na Assembleia Geral de Cotistas. A consultoria destaca que a aprovação do plano é o caminho menos gravoso para o Instituto, dadas as alternativas disponíveis, sendo abordado, em linhas gerais:

Eixo de Análise	Conclusão da Consultoria	Impacto para o RPPS
Recomendação de Voto	Favorável à liquidação.	Regularização normativa perante a SPREV.
Expectativa de Recuperação	Baixa a moderada, dependente de êxito judicial.	Risco de não recuperação total do principal.
Prazos	O horizonte de 3 anos é considerado adequado.	Possibilidade de prorrogação se houver processos em curso.
Custos de Manutenção	Redução das taxas é o ponto positivo do plano.	Menor impacto no patrimônio líquido do fundo.

Foi ressaltado por fim um um risco residual: ao final dos 3 anos, caso os ativos não tenham sido recuperados, eles poderão ser entregues aos cotistas "in natura" (créditos podres). Isso exigirá que o RPPS tenha estrutura jurídica para prosseguir com as cobranças fora da estrutura do fundo. No entanto, a manutenção do fundo como está geraria custos maiores sem garantia de retorno. Após discussão dos pontos referentes ao Plano de Liquidação, e ainda, com base nas análises e recomendações da Consultoria Financeira os membros do Comitê de Investimentos, por unanimidade, deliberaram pela aprovação do Plano de Liquidação do Fundo LME REC MULTISSETORIAL IPCA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS Corroborando o posicionamento, os membros do Comitê de Investimentos destacaram que: 1) Plano de Liquidação: Prazo de 3 anos focado em recuperação judicial e redução de taxas de gestão. 2) Inadimplência total da carteira e necessidade de estancar custos administrativos. 3) Parecer da Consultoria: A LEMA recomenda o voto favorável, entendendo que o plano é a melhor alternativa para organizar a saída do investimento estressado. 4) Os integrantes do PortoPrev devem estar cientes de que a recuperação depende do êxito em ações judiciais complexas contra grandes instituições financeiras. Encerrando a reunião, informou o Sr. Presidente que todas as informações e

4

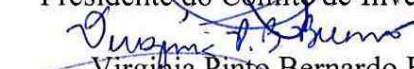


**Instituto de Previdência Social dos Servidores  
Públicos do Município de Porto Ferreira**

CNPJ: 04.073.373/0001-43

documentos integrantes do Memorando 5.24/2026, faz parte integrante desta ata. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Por indicação do Sr. Presidente, eu, CARLA CRISTINA ZABOTO CAMAROTTI, secretariei, anotei e digitei a ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim \_\_\_\_\_ e por todos os presentes.

  
Carlos Augusto Kruger  
Presidente do Comitê de Investimentos

  
Virginia Pinto Bernardo Bueno  
Chefe da Divisão Administrativa

  
Paulo Ricardo Mutinelli  
Conselho de Administração

